de Justiça, que estão na mesma situação, que estão com a evolução funcional ainda congelada até o dia 31 de dezembro. Enfim... então seria o mínimo, porque esse abono pode ser dado, o abono Fundeb.

Enfim, mas eu gostaria de entrar mesmo no debate agora do PL 410, um projeto do Governo Doria que, na verdade, agride, viola a memória do próprio tucanato, do próprio PSDB, que aprovou aqui na Assembleia Legislativa, em 1985, na gestão do Montoro, a Lei nº 4.925. Foi na gestão Montoro. Trata da questão da Itesp, dos assentamentos.

Então, o próprio governo Doria está liquidando, na prática, uma proposta de reforma agrária, de assentamentos, de produção de alimentos, uma proposta que foi construída naquela gestão do Montoro. Este projeto é um escárnio total, é um escândalo, porque, na prática, vai privatizar os assentamentos, vai privatizar a reforma agrária do estado de São Paulo.

Quero saudar aqui o deputado Raul Marcelo, que acompanhou uma grande marcha de assentados no Pontal do Paranapanema. Parabéns, deputado Raul Marcelo. Sei que V. Exa. está engajado nessa luta da reforma agrária do estado de São Paulo, dos assentamentos.

Vossa Excelência marchou com os assentados, vocês vieram até a Capital. É muito importante isso porque os assentamentos feitos no estado de São Paulo com assessoria técnica do Itesp são assentamentos importantes na produção de alimentos saudáveis.

Este projeto de lei não só vai prejudicar os assentados, porque ele privatiza, ele estimula a venda, na verdade. Na prática, é isso que vai acontecer: as pessoas que estão assentadas serão estimuladas a vender as suas terras e essas terras poderão se transformar em condomínios, em áreas de lazer, mas, sobretudo, essas áreas podem se transformar também em grandes latifúndios. Essa é a verdade.

Mas este projeto, além de atacar os assentamentos e todo o histórico dos assentamentos, a produção agroecológica que existe, a produção de alimentos saudáveis, a geração de empregos, este projeto de lei, com a emenda apresentada pelo deputado Mauro Bragato, que foi a emenda citada pela deputada Márcia Lia com muita propriedade... Sei que a deputada Márcia Lia está muito engajada na luta contra esse PL 410. É grave essa emenda, deputada Márcia Lia.

Se o projeto já é ruim do jeito que ele veio, com a emenda piorou, porque escancara de vez que o Doria quer entregar as terras griladas pelos grandes latifundiários.

Ele quer legalizar a grande grilagem. É um absurdo que a Assembleia Legislativa tenha apresentado uma emenda para piorar ainda mais esse PL, ou seja, esse PL 410 está a serviço da grande grilagem, dos grandes latifundiários que ocuparam as terras devolutas do estado de São Paulo.

Ele disfarçou dizendo que queria dar o título de domínio para os assentados. Então, é um projeto que beneficia os grandes latifundiários que ocuparam ilegalmente, que invadiram. Esses invadiram as terras do estado, as terras do povo do estado de São Paulo. É disso que se trata o PL 410. É um disfarce para a grande grilagem.

Os grandes grileiros vão se apoderar de vez dessas terras - é isso, gente, o PL 410 - utilizando os assentamentos, privatizando os assentamentos, destruindo o caráter de cooperativa, de produção de alimentos desses assentamentos, que cumprem um papel fundamental no estado de São Paulo de segurança alimentar, porque uma boa parte da produção de alimentos vem exatamente desses assentamentos do nosso estado.

Então, essa produção de alimentos será extremamente prejudicada, sem contar a questão ambiental. Estamos vivendo uma grande crise climática mundial e no estado de São Paulo.

Tempestades de areia no interior, em várias cidades, incêndios generalizados, sobretudo em áreas ambientais, porque o governo Doria extinguiu o Instituto Florestal, o Instituto Geológico, o Instituto Botânico. Isso só tem aumentado ainda mais a falta de prevenção de incêndios no estado de São Paulo.

Ele estava na COP26 fazendo propaganda enganosa, dizendo que São Paulo tem uma política ambiental. Não tem! Logo que o Doria assumiu, a primeira coisa que ele fez foi transformar a Secretaria do Meio Ambiente em uma subsecretaria de Infraestrutura. Não é mais secretaria, não existe mais uma secretaria do Meio Ambiente. Aqui é secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. O Meio Ambiente ficou escanteado.

Depois ele extinguiu os institutos que cuidavam do Meio Ambiente no estado de São Paulo e, com isso, mais incêndios, logicamente, porque ele destruiu os institutos. Então, é uma farsa. O governo Doria também... O Bolsonaro, nem se fala; é uma aberração total nessa área ambiental.

Agora, o Doria não é muito diferente. Só que ele disfarça bastante aqui. Então, é bom que as pessoas saibam que ele destruiu toda a política ambiental do nosso Estado, começando pela secretaria do Meio Ambiente.

Então, é grave a nossa situação ambiental. E, com o PL 410, com certeza nós vamos ter mais tempestades de areia, porque a tempestade de areia tem a ver com a monocultura, com o agronegócio, que vai destruindo as terras, deixando desertos e mais desertos de terras. É isso que vem acontecendo, minha gente. Então, é importante que a gente derrote o PL 410.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Preserva o tempo do deputado Carlos Giannazi, quatro minutos e 30 segundos. Para fazer a chamada, a deputada Marta Costa. Faça o favor, deputada Marta. E o deputado Giriboni.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - (Voz fora do microfone.) Responderam vinte e quatro? Deputada Bebel, ou nós acreditamos na deputada Marta Costa, ou não. Eu não posso fazer de outra maneira. Perguntei: tem vinte e quatro? Responderam 24 deputados.

Assessoria, por favor. Por favor. Aqui nós temos quórum. Com a palavra, a deputada Márcia Lia. Desculpa, deputado Carlos Giannazi. Desculpa, deputado Giannazi. A Deputada Márcia foi antes. (Voz fora do microfone.) Deputado Teonilio Barba, responderam à chamada 24 deputados. Ou eu acredito em quem está contando, ou não. Eu não conto.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Sobre o tema. O deputado Adalberto Freitas respondeu a chamada pela primeira vez. Saiu do plenário e não respondeu a segunda, presidente. Está ausente do plenário. Só está em 22 deputados.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tá bom. Obrigado, deputado Teonilio Barba. Com a palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Terminando a minha intervenção, nos poucos minutos que me restam, eu queria dizer que o PL 410 representa a intensificação da privataria tucana da gestão Doria, do governo Doria, do desgoverno Doria. Agora, atacando até a reforma agrária. Doria só pensa em privatizar, em terceirizar. Só pensa nisso.

Desde o primeiro dia em que ele assumiu o Governo do Estado, é isso, gente. É privataria tucana, pedágios e mais pedágios no estado de São Paulo. Agora mesmo o governo anunciou a instalação de mais sete praças de pedágios na região de São José do Rio Preto, Barretos.

Sete praças naquela região. Engraçado que a Assembleia Legislativa aprova as regiões administrativas, e, em seguida, pedágio nas regiões. Aconteceu em Piracicaba e em vários pontos do nosso Estado.

Agora, é lamentável que a Assembleia Legislativa vote um projeto como esse, o 410, que, além de tudo, vai destruir o Itesp. O Itesp, que já era alvo do governo no PL 529. Todos se lembram da luta que foi na Assembleia Legislativa, junto com os servidores do próprio Itesp, com os assentamentos, com os assentados, para defender o Itesp e retirar o Itesp do PL 529.

Salvamos inicialmente o Itesp, mas o governo, não contente, agora faz um novo ataque. Porque esse projeto, na prática, vai esvaziar as funções do Itesp, o Instituto de Terras, que cumpre um papel muito importante na assistência técnica às famílias, aos assentados, à agricultura familiar. Sem o Itesp, não existiria nada disso. Eles vão, com o PL 410, destruir e esvaziar o Itesp.

É grave essa situação. Então é um projeto que acaba com o Itesp e legaliza a grilagem para os grandes latifundiários que ocuparam, que invadiram. Esses invadiram as terras, grilaram. E ainda vai privatizar os assentamentos. Vai privatizar a reforma agraria do estado de São Paulo, destruindo todo um histórico de lutas.

Repito. Acabar com os assentamentos, privatizar os assentamentos, entregar as terras griladas para os grandes latifundiários significa, na prática, além dos impactos sociais e econômicos, na geração de alimentos.

Nós vamos ter uma insegurança alimentar no estado de São Paulo por conta desse PL 410. Mas nós vamos ter também um ataque brutal ao Meio Ambiente, com a intensificação das tempestades de areia e dos incêndios em várias áreas, sobretudo em áreas ambientais.

Porque eu disse que o governo Doria, além desse Projeto 410, ele destruiu e extinguiu, no PL 529, o Instituto Florestal, o Instituto Geológico e o Instituto de Botânica, que são institutos importantes na preservação e na conservação das nossas áreas ambientais, sobretudo no combate aos incêndios, porque tem a questão do manejo também. Agora o Doria atacou o Meio Ambiente e continua atacando com o PL 410.

Então, nós vamos votar contrariamente e obstruir a votação do PL 410, que é o projeto da grilagem dos grandes latifundiários. É a privatização dos assentamentos em nome de uma titulação, porque, na verdade, os assentados já têm o domínio desses assentamentos e dessas terras, eles não precisam desse título.

Isso é uma farsa. Na verdade, é uma desculpa para privatizar os assentamentos e para entregar as terras devolutas para os grandes grileiros latifundiários que ocuparam as terras do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Sebastião Santos.

* * *

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu quero passar a minha fala para o deputado Raul Marcelo.

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Eu quero chamar a Professora Bebel para falar contra e passo a palavra para o deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quero, Sr. Presidente, primeiro, agradecer aqui à deputada Professora Bebel. Muito obrigado pela permuta. Eu estou inscrito no final da lista, mas gostaria muito de debater esse tema aqui, porque esse é o tema fundamental do País, que é a situação fundiária no Brasil.

Eu comecei a minha militância política com Plinio de Arruda Sampaio, na Igreja Católica, em Sorocaba, no finalzinho dos anos 80, comecinho dos anos noventa. E o Plinio de Arruda Sampaio foi o relator do primeiro plano de reforma agrária do governo João Goulart e foi o relator novamente do segundo Plano Nacional de reforma agrária do governo Lula, primeiro mandato.

Sob inspiração e orientação do Plinio de Arruda Sampaio - que não está mais entre nós, foi, inclusive, o primeiro secretário de Planejamento de São Paulo do governo Carvalho Pinto no final dos anos 40 -, eu acabei me apaixonando pelo tema da reforma agrária.

E eu queria dizer aqui, Sr. Presidente, que a questão agrária está na raiz de grande parte dos problemas nacionais, sobretudo no problema seminal do Brasil, que é a desigualdade.

O Brasil é um País rico, isso ninguém aqui tem dúvida. Oitava economia industrial do mundo - hoje está em décima segunda por conta da desindustrialização e do câmbio.

Tem oito países no mundo que produzem aviões, o Brasil é um deles. O Brasil tem a Petrobras, consegue prospectar petróleo em águas profundas. O Brasil tem um sistema universitário que é de fazer inveja na América Latina - inclusive no leste europeu.

O Brasil é um País rico. O Brasil é o maior exportador de alimentos do mundo, e, no entanto, seis milhões de irmãos nossos vivem em favelas. É mais do que a população do Rio Grande do Sul.

Neste momento em que vos falo nesta tribuna, muitos brasileiros estão perambulando pelas ruas do nosso País revirando lixo para comer resto de comida. São 20 milhões que sofrem com insegurança alimentar: não sabem se vão almoçar, não sabem se vão jantar, seus filhos sofrem com subnutrição... Uma geração inteira será legada em uma situação de crise individual e uma crise social.

Portanto, o Brasil é um país desigual. E a desigualdade, a origem de toda ela, está na questão da distribuição das terras do nosso País. O Brasil se fez como uma grande empresa comercial, seminal do capitalismo moderno.

Envolveram três continentes: os europeus, sobretudo com o financiamento inglês, e os portugueses, já pioneiros na navegação, buscando o caminho das Índias, chegaram aqui no Brasil; os africanos, com a sua mão de obra escrava.

E os indígenas, que aqui estavam, que, durante cinco mil anos - é importante que se diga -, plantaram e colheram tudo que queriam na nossa Amazônia, no nosso Pantanal e na nossa Mata Atlântica e nunca colocaram fogo em nada, nunca destruíram um riacho, nunca destruíram um lago. Mostraram o caminho para nós de que é possível aqui nos trópicos desenvolver uma economia sustentável.

Vi em uma matéria ontem, inclusive, no Jornal Nacional, a tristeza que está sofrendo hoje a comunidade Yanomami na Amazônia. Crianças indígenas subnutridas, com falta de assistência médica por conta do abandono do atual governo federal.

Pois bem. Quando o Brasil, depois de 350 anos de escravidão e o movimento abolicionista... De um lado, os escravos lutando, abandonando as fazendas, matando latifundiários, lutando por liberdade, incendiando lavouras de trabalho escravo, apoiados por abolicionistas radicais e também trabalhadores já da indústria moderna aqui em São Paulo, sobretudo, conseguiram a maior vitória do povo brasileiro, que foi abolir a escravidão em 1888.

No entanto, os negros libertos não puderam acessar a terra, porque o Brasil foi o último grande país a abolir a escravidão. Os Estados Unidos fizeram isso com Abraham Lincoln, o lenhador advogado, em 1866.

O Brasil somente em 1888. Só que, 38 anos antes, fora aprovada a Lei de Terras. Duas semanas, aliás, antes da aprovação da Lei de Terras, que fez com que o acesso à terra fosse por meio de pagamento em pecúnia, em dinheiro, duas semanas antes foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, que era a lei que colocava fim, iniciava o fim do tráfico de escravos no Brasil, pressionado pela Inglaterra, que já vinha na Revolução Industrial.

Então, quando nós fizemos, depois de uma luta popular de 300 anos, abolimos a escravidão, o último país, Dom Pedro II, aquela vergonha, esse traste, essa pessoa energúmena, esse que é anti-Brasil, sentou em cima da escravidão e não avançou com a reforma agrária. Um covarde, fugiu para a Europa.

Se copiasse o que o Lincoln fez nos Estados Unidos, a situação do Brasil era outra. Lá, o advogado lenhador avançou com a corrida para oeste e fez a reforma agrária. Aqui, não. Os negros libertos foram para onde, Sr. Presidente? Não tinham dinheiro enrolado em sacos de estopa. Foram libertos, mas, para comprar terras, tinham que ter dinheiro. Subiram os morros do Rio de Janeiro e lá estão até hoje.

Aí veio a Revolução Tenentista, revolução burguesa de 1930. À frente, Getúlio Vargas. Em aliança com a oligarquia de São Paulo, não fez avançar a reforma agrária. E aí eis que aparece essa pessoa na minha vida: Plínio de Arruda Sampaio. Foi o relator da reforma agrária, deputado federal por São Paulo.

João Goulart chamou o Plínio e falou: "Plínio, é hora de o Brasil fazer como a Inglaterra fez, fazer como a Alemanha fez, fazer como a Itália fez, como o Japão fez, os Estados Unidos fizeram. É hora de distribuir a terra deste país para que ninguém viva mais em condições subumanas nas periferias e nas favelas".

E foi lá o Plínio, desaconselhado pela sua esposa, dona Marieta: "Plínio, mexer com latifundiário é perigoso!". E ele fez o relatório da reforma agrária. O resto nós sabemos: João Goulart sofreu o golpe, teve que se exilar do País. Hoje, o País se desculpou com ele e sua família e os militares, mais uma vez, sentaram em cima do projeto da reforma agrária.

Aí veio a Constituição de 88, depois de muita luta de rua. Teve até guerrilha no Brasil para redemocratizar este país. Os exilados voltaram. Voltou o Brizola, voltou o Darcy Ribeiro, o Luís Carlos Prestes.

Todos puderam voltar. Aliás, a juventude está conhecendo hoje o Marighella através das telas do cinema, esse que se levantou juridicamente protegido, porque o estado que tira o direito das liberdades, esse estado deve ser combatido. Até os liberais historicamente sempre defenderam essa tese.

E nós redemocratizamos o país, garantimos a Constituição Cidadã do Ulysses, Sr. Presidente, Dr. Ulysses. Escreveu na Constituição Cidadã, no Art. 184: "É objetivo da nação a reforma agrária". Está lá escrito. E aí veio Collor, Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer e o Bolsonaro agora quer armar o campo.

O dado concreto é que, no Brasil, 0,7% dos proprietários rurais têm mais de 60% das terras. A concentração fundiária no nosso país é absoluta. No país que exporta alimentos, o povo passa fome. "Ah, mas o agronegócio emprega." Não emprega, quem emprega é a agricultura familiar.

Vá conhecer a região de Sinop, viajar pelo Brasil. São grandes máquinas, todas elas subsidiadas com a conta 01 do Banco do Brasil e financiamento do BNDES. Não se paga imposto por exportação, também, de manufaturas no Brasil e de produtos agrários. E aí o Brasil segue essa sina: a reforma agrária não anda, e o Brasil, hoje, está voltando ao século XIX.

Nós nos constituímos, primeiro, para exportar pau-brasil; depois, cana de açúcar, quando o açúcar tinha peso de ouro; depois, cacau; veio o ciclo da borracha; o café, para financiar e fazer as empresas na Inglaterra rodarem 24 horas; hoje é a soja.

Tem também boi esquartejado, galinha esquartejada e porco esquartejado. Essa é a especialização do Brasil hoje no mundo. E as indústrias fechando as suas portas. Todas as roupas que nós vestimos aqui hoje, é tudo do norte da China, da Coreia, Vietnã. Franca, que era a terra do sapato, virou cidade fantasma. Sorocaba era o centro da indústria têxtil no Brasil; hoje os galpões das indústrias têxteis viraram supermercados.

E cada região aqui do estado de São Paulo em que se anda, Sr. Presidente, é terra arrasada em matéria de planta industrial. Inclusive, a obra do Getúlio, eles estão desfazendo. Mas a questão agrária continua lá, mal resolvida no nosso País. E esse PL quer dizer o quê? O Franco Montoro... São coisas curiosas da vida.

O Franco Montoro era do MDB, do "manda brasa", um homem democrático. Quando era governador, ele pensou em fazer o seguinte: olha, vamos pegar essas terras públicas...

E no Brasil, são milhões de hectares de terras públicas; ninguém ao certo sabe dizer exatamente o tamanho delas, mas os estudos que se fazem dizem que é mais terra do que o estado de São Paulo inteiro. Terras que são do governo, que foram griladas, que poderiam ser convertidas para assentamentos.

Nós poderíamos resolver, hoje, um problema grave no Brasil, que é o problema do emprego, por exemplo. Nós temos aí 50 milhões de desempregados no País. Quinze milhões ainda procuram emprego; sete milhões já não procuram mais; e 30 milhões estão trabalhando de forma precária: trabalha uma hora na segunda, trabalha na quarta-feira, faz um bico no sábado à noite, no domingo não trabalha.

Nós poderíamos ter um projeto pujante para assentar milhões de trabalhadores no campo, para, no mínimo, na pior das hipóteses, ter garantida a sua soberania alimentar, criar as suas galinhas, ter os seus porcos, fazer a sua horta, cobrar a respeito do Meio Ambiente.

Aliás, o assentamento que tem na cidade de Iperó, nós discutimos com o Ministério Público Federal os anos 90 inteiros, que dizia que assentar reforma agrária em área ambiental iria causar desmatamento.

Hoje, está comprovado: o assentamento de reforma agrária da floresta nacional de Ipanema foi fundamental para a preservação da floresta nacional de Ipanema, criou um colchão de proteção da floresta.

O pequeno agricultor não desmata, não polui o rio. Quando faz a pesca, faz para o seu sustento. É o grande, voltado para o exterior, que agora, inclusive, está ganhando um caminhão de dinheiro. Por isso, o desabastecimento do mercado interno, Sr. Presidente, porque o dólar está em seis, e estão ganhando em dólares, com todo o apoio da bancada ruralista em Brasília. São 253 deputados na Frente Parlamentar do Agronegócio.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

Hoje as oligarquias regionais voltaram a comandar o Brasil. O que se chama de "centrão", na verdade, é a bancada do agronegócio. Não paga imposto, está em cima de terras; grande parte delas, inclusive, são improdutivas. Agora com apoio do governo para se armar, para defender, inclusive, latifúndio improdutivo, para que esse latifúndio não vá para a reforma agrária.

Eis que nós nos encontramos agora com o PL 410, que tenta desfazer, inclusive, a obra do Franco Montoro, que pensou um dia em usar as terras públicas, que no Pontal do Paranapanema são de perder de vista, para avançar com a reforma agrária.

E hoje nós temos milhares de assentados da reforma agrária, camponeses de mão calejada, que acordam às quatro horas da manhã, têm que ficar na beira de uma estrada anos a fio para tentar conseguir o tão sonhado lote, e não conseguem.

Nós poderíamos ter uma política agrária forte aqui em São Paulo se, de um lado, avançássemos nas ações discriminatórias. O Itesp ganha as ações, mas não tem dinheiro para pagar as benfeitorias. O Itesp, o Doria queria vender. Vamos falar as coisas como são aqui. O Doria queria privatizar, acabar com o Itesp.

Então, o Itesp não tem dinheiro; ganha ação, e não consegue pagar as benfeitorias nas áreas que são áreas públicas, que o grileiro, para poder esquentar o documento, colocou um gafanhoto dentro da gaveta. Esse é o ponto. E não tem o dinheiro, o Itesp. O que o Itesp está propondo? É esse projeto de lei aqui. Não é? Eu estive lá no Itesp, debatendo esse tema.

O Mauro Bragato é conhecedor do assunto, era do MDB. É da região do Pontal, conhece a questão. Quero dizer, Mauro, você foi relator aqui. Tenho um respeito enorme pela sua história, pela sua trajetória. Foi deputado estadual constituinte, responsável pelo 1% do ICMS para a CDHU, responsável também pelo recurso das nossas universidades públicas.

Reconheço sua trajetória, mas acho que, de forma humilde, V. Exa. no relatório poderia ter amarrado melhor essa questão, porque, do jeito que está esse projeto, nós vamos ter a regularização do grilo, não só na região do Pontal, mas em todas as regiões do Estado, que nós temos terras públicas.

É um assunto que não é de menor importância, Sr. Presidente. Muitos trabalhadores rurais estão aqui agora, na Praça da República. Virou acampamento a céu aberto, pessoas morando dentro de caixas de papelão de geladeira, caixa de papelão de televisão, barracas todas arrebentadas.

É um mar de gente morando embaixo de ponte, viaduto, sob sol e chuva, sem nenhuma perspectiva - para concluir, Sr. Presidente -, orando a Deus para que caia alguma política pública do céu. E a reforma agrária poderia ser um alento.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Eu quero concluir que esse projeto, do jeito que está, vai acabar regularizando o grilo, porque empurra para uma Portaria essa situação. E também temerário, com a possibilidade de que o assentado possa negociar o seu lote. Então, coloco aqui as nossas observações, acho que esse projeto não deve ser aprovado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para falar contra, o deputado Teonilio Barba.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, eu queria suspender por cinco minutos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Cinco?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Três minutos.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Três minutos.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 32 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 37 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Vinícius Camarinha. Deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Pois não, Sr. Presidente. É o seguinte, nós debatemos e vamos dar uma hora e meia de discutido, além de uma que já debatemos, são duas horas e meia e, ao mesmo tempo, deixar aqui a nossa reivindicação de retirar o jabuti ou alterar o método de votação no sentido de separar as votações. O PL, o Art. 4 e depois as emendas.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, deputado Vinícius Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO -Presidente, a liderança do Governo fez um entendimento com os líderes aqui no plenário para nós darmos como duas horas e meia de discutido o projeto, somando todas as horas, e voltarmos, caso V. Exa. entenda dessa maneira, a discutir esse projeto na terça-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ok. Deputada Janaina Paschoal, do PSL, está de acordo?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sim, presidente, principalmente havendo método destacando o quarto.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Marta Costa de acordo pelo PSD, deputada Professora Bebel pelo PT. Deputado Carlos Giannazi pelo PSOL está de acordo. Deputado Conte Lopes, pelo PP, de acordo.

Deputado Ricardo Madalena, pelo PL, de acordo. Deputado Mauro Bragato, pelo PSDB, de acordo. Deputado Walter Vicioni, pelo MDB, de acordo. Deputado Reinaldo Alguz, pelo PV, de acordo. De acordo o deputado Marcio da Farmácia, do Podemos. De acordo. Já falei o deputado Giannazi.

Então, havendo acordo de todos os líderes... Antes, deputado Sebastião Santos pelo Republicanos, de acordo.

Antes de darmos por encerrado, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 28ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 17/11/2021.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em ambos, já por acordo, nós vamos receber as emendas e amanhã, no congresso de comissões... Eu já quero convocar os congressos de comissões.

Assim que terminar, nós convocaremos o congresso de comissões, por favor, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para amanhã, às 11 horas da manhã, as comissões CCJ, CFOP. Eu vou convocar daqui a pouco, mas amanhã, às 11 horas, de maneira virtual.

Encerrado o objeto, está levantada a presente sessão. Muito claro que o Projeto nº 410, de 2021, dá 2 horas e 30 minutos de discussão. Encerrada a presente sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.

* * *

16 DE NOVEMBRO DE 2021
28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão. Dá conhecimento de emendas ao PR 2/20 e ao PR 27/21, que retornam às comissões, ficando adiada a sua apreciação. Convoca, para 17/11, às 11 horas, reuniões conjuntas das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento; reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; reuniões conjuntas das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento; e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento.

2 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Para comunicação, agradece às autoridades do município de São Simão por lhe terem concedido o título de cidadão simonense, pelos serviços prestados à localidade.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Tece comentários sobre a realização de sessões extraordinárias durante o período da tarde, e não de noite, como é usual nesta Casa.

4 - CONTE LOPES

Para comunicação, aprova a iniciativa de realizar sessões extraordinárias no período da tarde. Declara que sempre defendeu que assim fosse.

5 - GILMACI SANTOS